

MODALIDADE: PESQUISA COM RESULTADOS PARCIAIS

EIXO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A CRIANÇA ANORMAL NOS MANUAIS DE PSICOLOGIA RECOMENDADOS ÀS ESCOLAS NORMAIS (1917 - 1961)

Cristina Rodrigues de Oliveira LIMA
Raquel Martins de ASSIS
Adriana Araújo Pereira BORGES

Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e inclusão social; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Minas Gerais; CAPES.

RESUMO: O presente trabalho dedicou-se a investigar o conceito de *criança anormal* divulgado nos manuais de introdução à Psicologia, indicados como leitura obrigatória aos professores em formação nas Escolas Normais. Diante das renovações educacionais e das reformas escolares implementadas no Brasil, as Escolas Normais tornaram-se espaços privilegiados nos quais a Psicologia aplicada à Educação ganha espaço. Nesse contexto, os manuais de Psicologia são amplamente recomendados como leituras importantes para a organização de uma educação mais moderna e mais afinada aos modelos europeus e estadunidenses. Para essa pesquisa, realizamos um levantamento dos manuais de Psicologia publicados no decorrer do século XX, escritos por autores brasileiros e utilizados nas Escolas Normais. Na sequência, dedicamo-nos à localização dos manuais, à leitura dos sumários e identificação do termo *criança anormal*. A partir desse levantamento, escolhemos analisar os seguintes manuais: *Noções de Psychologia* (1917) escrito por Manoel José do Bomfim e *Psicologia Educacional* (1961) de autoria de Afro do Amaral Fontoura. Em uma primeira análise, observamos que ao lado do termo *criança anormal*, surgiram também os conceitos de *criança-problema* e *excepcional*. Diante disso, a pesquisa passou a considerar os três conceitos em seu campo de investigação.

Palavras-chave: Psicologia e Educação; Educação Especial; Fundamentos da Educação

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa, em andamento, cujo objetivo é investigar o conceito de *criança anormal* divulgado em manuais de Introdução à Psicologia que circulavam em Escolas Normais no século XX. Considerando as relações entre Educação e Psicologia no Brasil, compreendemos que, historicamente, esses dois campos convergiram seus esforços para o desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, produziram saberes e práticas voltados para a educação escolar. Neste sentido, investigar essas relações históricas trará contribuições significativas à Psicologia e à Educação e, conseqüentemente, a outras disciplinas como à Educação Especial.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica de caráter documental com fontes primárias e secundárias a fim de identificar os manuais de psicologia brasileiros publicados no decorrer do século XX, que tratavam da educação da criança anormal ou de suas classificações. Esses manuais, entre outros aspectos, trazem esclarecimentos e prescrições sobre as crianças que fogem à normalidade, suas características e seu desenvolvimento. Böger e Carvalho (2021, p.5) alegam que “a psicologia vai ser bastante prescritiva em relação à pedagogia”. Assim, os manuais de Introdução à Psicologia conquistaram esse espaço privilegiado em nossa pesquisa por difundirem conteúdos que atendiam as demandas oficiais dos programas de ensino da época, bem como “divulgavam uma versão legítima da psicologia para os educadores, estabelecendo seleções do conteúdo das disciplinas de referência e privilegiando os aspectos da matéria considerados mais relevantes para a atuação dos futuros mestres” (Lima & Catani, 2015, p.62).

A pesquisa de Assis, Oliveira e Lourenço (2020) constata que o conceito de anormalidade era amplo e englobava inúmeros significados quando se alinhava aos termos “criança” ou “aluno”. Ainda nessa perspectiva, Borges (2018, p.73) discute que a palavra anormal “servia como um guarda-chuva conceitual da época e abarcava uma grande quantidade de termos, diagnósticos e classificações”. A realização, portanto, dessa investigação justifica-se por se tratar de uma temática que esclarece as questões das terminologias estereotipadas, fornecendo assim esclarecimentos à Educação Especial brasileira, além de revelar as contribuições da Psicologia para a Educação e da Educação para a Psicologia. Böger e Carvalho (2021) constataram que “a divulgação dos estudos sobre a criança foram marcos importantes, tanto para a constituição do campo educacional brasileiro, como para a consolidação da psicologia como ciência no país” (p.4).

2. MÉTODO

Nosso estudo centra-se no campo da História da Psicologia relacionada à Educação Especial. Iniciamos nossa investigação por um levantamento dos manuais de Psicologia publicados no decorrer do século XX, escritos por autores brasileiros e utilizados nas Escolas Normais. Para isso, utilizamos as pesquisas de Assunção (2002); Eddine (2011); Lança (2017); Lima e Viviani (2015) e Lima (2016), por serem estudos que apresentam obras indicadas como leitura em cursos de formação de professores. Nessa primeira etapa, foram identificados 21 manuais de psicologia.

Na sequência, dedicamo-nos à localização física ou digital dos manuais bem como à leitura dos sumários¹. Tal leitura possibilitou a identificação de manuais que tratavam especificamente do termo *criança anormal* e de sua educação. Entretanto, ao realizar uma primeira leitura dos livros, observamos que ao lado do termo *criança anormal*, surgiram também os conceitos de *criança-problema* e *criança excepcional*. Diante disso, a pesquisa passou a considerar os três conceitos em seu campo de investigação, já que eles possuem estreita relação entre si.

Para nossa investigação selecionamos quatro manuais: *Noções de Psychologia* (1917) de Manoel José do Bomfim, então professor da Escola Normal, diretor do Pedagogium e diretor do laboratório de Psychologia Experimental do Rio de Janeiro; *Psicologia* (1934), escrito por Plínio Olinto, psiquiatra da assistência a psicopatas e professor de psicologia no Instituto de Educação do Rio de Janeiro; *Psicologia Educacional*, de Justino Mendes “pseudônimo de Monsenhor José João Perna, responsável pela cadeira de psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomas de Aquino em Uberaba” (citado por Lima, 2016 p.27) e *Psicologia Educacional* (1961) escrito pelo professor Afro do Amaral Fontoura. Devido à pandemia e ao fechamento das bibliotecas conseguimos, até o momento, acesso apenas aos manuais *Noções de Psychologia* (1917) de Manoel Bomfim e *Psicologia Educacional* (1961) escrito por Afro do Amaral Fontoura.

Os demais manuais não foram utilizados por não apresentarem discussão sobre as crianças anormais, criança problema e criança excepcional, no entanto, verificamos que as seguintes temáticas são abordadas: introdução geral à psicologia; concepções de psicologia; métodos da psicologia; o sistema nervoso; estados da consciência; as sensações; os hábitos; os sentidos e as paixões; funções mentais; linguagem; atenção; memória; a cólera; os instintos; avaliação da aprendizagem, psicologia experimental e testes de inteligência.

Ressaltamos que outras obras foram localizadas durante o levantamento bibliográfico, mas não foram utilizadas como fontes deste trabalho por não terem sido prescritas como leitura obrigatória em Escolas Normais ou não serem manuais de Psicologia. Após as etapas anteriores, retomamos as leituras dos livros a fim de localizar os conceitos de *criança anormal*, *criança problema*, *criança excepcional* e seus subgrupos.

Mediante a leitura, emergiram as seguintes categorias de análise: anormalidade e características dos anormais; causas dos desajustamentos infantis; diagnóstico e educação dos anormais.

3. RESULTADOS

Para este trabalho, organizamos a seção de resultados da seguinte forma: (i) breve apresentação dos manuais; (ii) Conceito de criança anormal, problema e excepcional; (iii) Prescrições educativas para as crianças anormais, criança-problema e criança excepcional. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

OS MANUAIS DE PSICOLOGIA

Os manuais de psicologia adotados nesta investigação são obras de autoria de prestigiados educadores das Escolas Normais e de Instituições educacionais brasileiras (Lima & Catani, 2015). Para além de constituírem suportes essenciais para conhecer as apropriações, discussões e prescrições dadas aos escolanovistas os manuais “em função de seus propósitos didáticos, [...] se propunham a intermediar a relação entre as teorias psicológicas e os futuros professores, oferecendo-lhes uma leitura interessada em buscar, na teoria, elementos que permitissem orientar a prática docente” (Lima & Viviani, 2015).

Em abril de 1916, Manoel José do Bomfim escreve o prefácio da primeira edição do *Noções de Psychologia* e esclarece que a intenção do manual era “servir de guia ao estudo elementar, mas systematico, dessa disciplina, principalmente nas escolas normaes”. Um ano depois, maio de 1917, quando *Noções de Psychologia* ganha sua 2ª edição, Bomfim decide fazer uma nota para a nova edição e aponta dois novos capítulos que não estavam na edição anterior, são eles: Caracterização dos anormais escolares, e Análise da fadiga e estafa. O autor esclarece que a finalidade dos dois novos capítulos é “condensar conhecimentos indispensáveis a quem estuda psicologia com vistas a educação” (Bomfim, 1917).

Lança (2017, p.84) em sua pesquisa de mestrado identificou que o manual *Noções de Psychologia* (1917) foi criado com vistas a atender os professores em formação nas Escolas Normais de Minas Gerais. Em nossa leitura, observamos que o manual de *Psicologia Educacional* (1961), também, carrega em seu nome a mesma finalidade de atender as Faculdade de Filosofia, os Institutos de Educação bem como as Escolas Normais. Por esse motivo e por apresentarem discussões sobre nosso objeto de investigação que esses manuais serão tomados como objetos de análise.

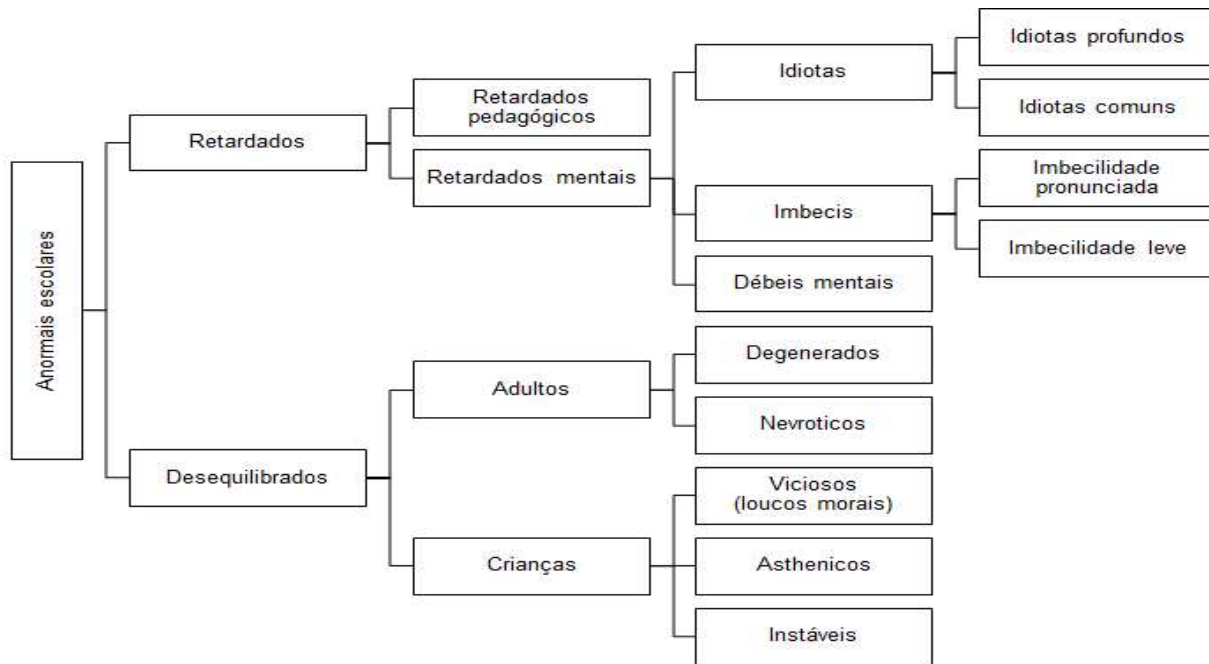
O livro *Psicologia Educacional* escrito em 1961 por Afro do Amaral Fontoura compôs a Biblioteca Didática Brasileira que dentre outras coisas, teve como fim criar uma coleção de manuais para as escolas normais. As obras escolhidas para essa coleção tinham como objetivo “não apenas ensinar o que se deve fazer, mas ao mesmo tempo mostrar como se deve fazer” (p.13). A partir da leitura da apresentação da Biblioteca Didática Brasileira, notamos que as proposições desses manuais surgem, dentre outras coisas, como forma de distanciar os professores dos compêndios ligados à “escola velha e aos exageros da escola nova” (p.14).

CONCEITO DE CRIANÇA ANORMAL, PROBLEMA, EXCEPCIONAL E SEUS SUBGRUPOS

Na análise do manual *Noções de Psychologia* verificou-se que Manoel Bomfim (1917) definia os anormais escolares como aqueles que “apresentam anomalias psíquicas, de desenvolvimento, ou de coordenação e equilíbrio das respectivas atividades” (p.355). Já Afro do Amaral Fontoura (1961) sustenta que crianças anormais “são aquelas que possuem alguma anomalia no campo físico, mental ou moral” (p.153). Nesse sentido, notamos que a concepção moral estava presente nos processos de caracterização dos anormais. Em outra articulação com a moralidade, Bomfim (1917) alerta que as crianças anormais “sendo criaturas mais incapazes para se conformar com as regras da moral do que as crianças normais, dada a insuficiência do preparo mental, facilmente descambam para a desmoralização, o parasitismo e o crime” (p.356). A educação, portanto, era vista como importante para que essas crianças se desenvolvessem de forma mais adaptada e útil à sociedade.

Noções de Psychologia apresenta uma detalhada explanação acerca dos anormais escolares bem como as respectivas definições e características dos sujeitos que os compõem. Abaixo apresentamos um esquema dos grupos e subgrupos sistematizados por Bomfim.

Figura 1: Anormais escolares e seus subgrupos



O autor apresenta dois grandes grupos que compõem os anormais escolares, são eles: os retardados e os desequilibrados. A partir deles emergem os demais grupos. Para o autor, os retardados subdividem-se em retardados pedagógicos e retardados mentais. Esses dois subgrupos são definidos como:

Retardados pedagógicos são crianças, ou adolescentes, psicologicamente normais, mas cujo desenvolvimento mental se atrasou por terem iniciado tarde a sua educação sistemática, principalmente na parte de instrução (Bomfim, 1917, p.356).

Retardados mentais - caracterizam-se, como o próprio nome indica, pelo atraso na evolução das atividades intelectuais, de sorte que, muitas vezes, um retardado de 14 anos tem inteligência equivalente a de um bebê de 4 anos (Bomfim, 1917, p.357).

Bomfim relata que nos “retardados pedagógicos não há anomalias essenciais” (1917, p.356). Porém ele recomenda que tais alunos não sigam as classes comuns, pois necessitam ser submetidos a um regime educativo especial. Já os retardados mentais, por apresentarem “desenvolvimento mental mais lento que os tipos normais quando criança apresentam atraso mental e quando adultos deficiência intelectual” (1917, p.357). Para além da apresentação desses subgrupos, o autor traz uma nota afirmando que Alfred Binet, pesquisador francês, distingue os anormais em dois grupos: retardados e instáveis. Observamos, portanto, que Bomfim segue a classificação de Binet, optando pela palavra desequilibrados ao invés de instáveis.

Após a caracterização desses grupos, Bomfim pondera que os retardados mentais se subdividem em imbecis e débeis mentais. Contudo, a psiquiatria defende a existência

de um terceiro subgrupo: os idiotas. Desse modo, “a medicina e a psicologia classificam os mais atrasados como idiotas; os medianamente atrasados como imbecis; e os menos atrasados como débeis de espírito” (1917, p.358). Os débeis mentais são menos atrasados se comparados aos imbecis conforme aponta Bomfim. Já os idiotas, seguindo uma concepção comum na época, não devem compor o grupo dos anormais escolares. A justificativa do autor é que “tal é a sua deficiência mental que, nem mesmo sob um regime apropriado, se podem preparar e educar de modo a constituírem personalidades autônomas e responsáveis” (1917, p.358). Os idiotas “devem viver sempre reclusos e assistidos nos asilos, ou mesmo no seio da família” (1917, p.358). Bomfim não faz menção a outros autores além de Alfred Binet e Ovide Decroly, mas menciona os psiquiatras para tratar de outras subdivisões: os idiotas profundos; idiotas comuns; imbecilidade anunciada e por fim imbecilidade leve.

Sobre o grupo dos desequilibrados, o autor apresenta dois subgrupos: os degenerados e os neuróticos. Contudo, ele garante que as classificações das crianças nessas categorias são ilusórias pois os “sintomas da neurose bem como os delírios e distúrbios mentais das psicoses” (p.358) ainda não se manifestaram. Ele alega que:

Em regra, os defeitos desses anormais são mais do domínio da afetividade e da atividade, que de ordem mental exclusivamente. E disto resulta a sua relativa ineducabilidade. Pertencem à categoria dos - desequilibrados - todas as crianças que a educação comum condena sob pena de: incorrigíveis, preguiçosos, inquietos...
Efetivamente, é sob o aspecto de - más qualidades morais, ou de insuficiência na ação, que as suas anomalias se caracterizam. São rebeldes, desatentos, distraídos, mentirosos, cruéis, dissimulados, impulsivos, deslembados, tíbios, tímidos, fatigados, irascíveis, exigentes... (Bomfim, 1917, p.359)

Posteriormente, Bomfim esclarece que Decroly subdividiu essa categoria em outras seis (instáveis; loucos morais; psychasthenicos, epiléticos e histéricos) no entanto no texto só aparecem essas cinco subdivisões. Bomfim (1917) restringiu-se a definir:

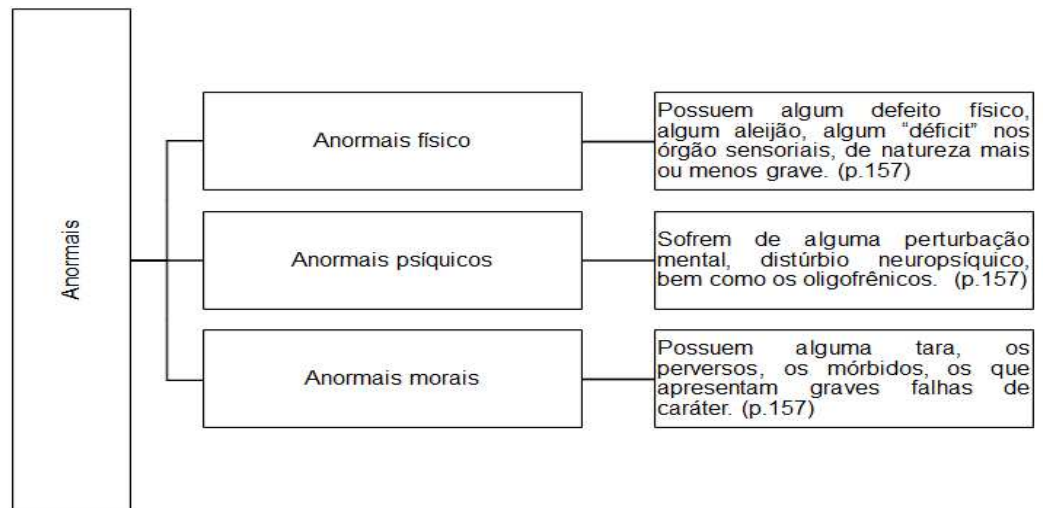
Os instáveis - caracterizam-se pela irritabilidade, desatenção, impulsividade, veemência, agitação, turbulência, tagarelice... Há neles, principalmente: exagero de excitabilidade e deficiência de inibição.
Os asthenicos - padecem de defeitos opostos aos dos instáveis: são indolentes, tíbios, hesitantes, intimidados, lentos, inerteiramente distraídos, flácidos, preguiçosos... Em muitos casos, tais defeitos são sintomas imediatos de miséria ou incapacidade fisiológica.
Os viciosos pertencem, em muitos casos, a essa mesma categoria - de instáveis: outras vezes, são crianças que se fazem notar principalmente pela tendência ao vício e a imoralidade. De todo modo, o vicioso é um desequilibrado que se caracteriza pelas taras de ordem afetiva - exagero de tendências egoístas e ausência de senso moral (p.359).

Verificamos que o autor não utiliza em seu manual os termos *criança-problema* ou *excepcional*. Isso ocorre porque os surgimentos dessas categorias, no cenário brasileiro, datam da publicação do livro *A criança problema* (1939) escrito por Arthur Ramos e da tradução do livro *A Educação das Crianças Retardadas* de Alice Descoedres por Helena Antipoff, em 1932. Borges (2018, p.73) relata que, embora “o termo “excepcional” já circulasse no meio acadêmico em obras de autores estrangeiros, foi Helena Antipoff que propôs a sistematização de seu uso em substituição à anormais”.

O manual redigido por Fontoura (1961) para além de apresentar o conceito de anormal, anteriormente citado, apresenta o conceito de *criança-problema* sendo “aquela que, por qualquer razão, se desajusta dos padrões da escola ou das normas de conduta infantil, de maneira a constituir um problema para seus pais ou educadores” (p.155). Fontoura apropriou-se da conceitualização feita por Arthur Ramos no livro *A Criança Problema* e explica, sucintamente, essa transição entre as categorias, esclarecendo que “o conceito de criança-problema foi criado em substituição ao termo pejorativo e estreito de criança anormal” (p.156). Fontoura menciona que “inicialmente, utilizou-se a nova categoria para classificar as crianças apenas com a finalidade de não empregar a classificação anterior” (p.156), e garante que já existe uma distinção muito nítida entre *criança anormal* e *criança-problema*. O autor faz algumas ressalvas, tentando esclarecer os domínios dos conceitos empregados. Para ele, o termo *criança-difícil* (do inglês “*difficult child*”) é um sinônimo de *criança-problema*, mas *criança-problema* não é sinônimo de criança anormal. Desse modo, o abandono do termo anormal significou uma mudança semântica, propondo uma nova conceituação que estabelecia uma separação entre crianças com deficiências e outras cujos problemas tinham causas ambientais diversas. O autor defende que o novo termo – criança problema ou criança difícil - podia minimizar humilhações e complexos oriundos das classificações de anormalidade, mas não deixa de utilizar a palavra anormalidade para crianças com deficiências físicas e distúrbios psíquicos e de caráter. Entretanto, como vimos, desde 1930 já havia a proposta de abandono do termo anormal.

Diferente de Bomfim que traz uma vasta quantidade de grupos e subgrupos, Fontoura avança, em nossa concepção, ao apresentar apenas três tipos de anormais.

Figura 2: Tipos de crianças anormais por Fontoura (1961)



Fontoura (1961) alega que tais anomalias são inatas ou adquiridas e as definem da seguinte maneira:

As anomalias inatas têm geralmente por causa o alcoolismo dos pais, a sífilis, ou psicopatias transmitidas de pais a filhos, bem como traumatismo ocorridos durante a gravidez. Anomalias adquiridas são as que resultam de traumatismos violentos, ou de moléstias ocorridas na primeira infância, tais como o tifo, a meningite, etc (p.157).

Em relação a criança-problema, o autor vai afirmar que elas também podem ser chamadas de difíceis ou desajustadas. Em seguida, ele garante que essas crianças apresentam um ou vários comportamentos listados abaixo:

Rebeldia; capricho; desconfiança; medo exagerado; turbulência; agressividade e cólera; rixas frequentes; indolência; apatia; furto; histeria; mentira; falta de interesse pelos estudos; fugas; incapacidade para aprender; enurese (incapacidade de conter as urinas); estados de angústia; antipatia pela escola, pelos colegas; desordens sexuais; nervosismo e instabilidade; inibição e timidez; perversidade (1961, p. 158).

Fontoura esclarece que o problema dessas crianças não está em apresentar tais comportamentos uma única vez, e sim em repeti-los. Na nótula, de nº 36, “o perigo das crianças muito boazinhas” ele sintetiza que é preciso orientar bem os professores em relação a dois perigos: o primeiro, refere-se às crianças muito boazinhas que estão sempre prontas a obedecer sem questionar, tais crianças mostram-se sem personalidade; o segundo, são as crianças excessivamente quietinhas, elas podem estar doentes já que o “natural da criança é a atividade, a inquietude, a ação, o bulfício” (1961, p.159). Não sendo sinônimo de criança anormal, Fontoura apresenta dois subgrupos de criança-problema, o primeiro seria as crianças mimadas e o segundo as escorraçadas. Para ele, “a criança mimada se deve a uma das seguintes causas: o filho único; o caçula; o filho mais inteligente; o filho sem pai; o filho de pais ricos; o irmão único entre várias meninas, ou vice-versa”

(1961, p.165). Já a criança escorraçada, se dá pelas seguintes causas: “a criança sem pais; o enteado; o filho ilegítimo; o filho adotivo; a criança feia; a criança maltratada pelos pais; a criança abandonada; e a criança pouco inteligente” (1961, p.165).

Além das distintas características desses dois subgrupos de criança-problema, o autor sustenta que a criança mimada se constitui quando ninguém contraria suas vontades, já a criança escorraçada se dá pela necessidade de carinho, amor, assistência e amparo.

PRESCRIÇÕES EDUCATIVAS PARA AS CRIANÇAS ANORMAIS, PROBLEMA E EXCEPCIONAL

Lima e Viviani (2015, p.102) fizeram a seguinte indagação: “Depois de caracterizar os alunos que não aprendiam ou não se comportavam de acordo com as expectativas dos professores e investigar as causas de seus problemas, que recomendações os discursos de psicologia ofereciam para a sua educação?” Essa questão apresentada pelas autoras permeia nossa investigação e a partir dela buscou-se compreender quais prescrições os manuais forneciam em relação à educação das crianças anormais.

Verificou-se que Bomfim (1917, p.355) defendia que “se bem educadas, elas poderiam corrigir-se ou melhorar tanto que poderiam viver, depois, a vida comum e livre, como personalidades úteis e moralizadas”. Bomfim esclarece que “o regime educativo do anormal se institue bem de acordo com o seu estado (p.355)”, assim compete à educação a formulação de procedimentos e orientações que, dentre outras coisas, promovesse uma educação individualizada e adequada ao sujeito. Ele preconizava que no processo educativo, “o que convém a um, pode ser altamente inconveniente para outro”, chamando a atenção para a educação sob medida proposta por educadores escolanovistas e por pesquisas sobre psicologia individual.

Fontoura, no entanto, vai ser bem prescritivo e dizer que “em nenhuma hipótese deveriam tais crianças permanecer nas escolas comuns, pois sua presença serve de motivo de chacota para as demais crianças, não sendo possível exigir destas um comportamento científico e compreensivo, como se fossem adultos”. Fontoura, na sequência, elabora uma pequena nótula, de nº 35, sobre as crianças excepcionais, reafirmando que elas “não deveriam seguir nas escolas comuns pois causam grande mal para si, para os demais estudantes e para a vida escolar” (1961, p.157). Além dessa prescrição, ele sugere que todas as grandes cidades brasileiras devem possuir uma escola ou classe para atender esses alunos. Nesse momento, ele relembra que: “em muitos estados já existem instituições especiais para esse fim: As Sociedades Pestalozzi”. Ciente da inegável contribuição da sociedade Pestalozzi para a educação das crianças excepcionais, o autor

diz que: “A de Belo Horizonte possui magnífica instalação, numa fazenda - a Fazenda do Rosário. Exemplo digno de ser imitado em todo o Brasil!” (1961, p.158).

Em relação à educação da criança-problema, Fontoura (1961) aconselha que as escolas as tratem pois “elas são fisicamente e organicamente sã” (p.158). Necessitam, apenas, de correção de suas condutas irregulares. Para além disso, o autor pauta sua discussão, em relação à educação da criança-problema, em um princípio imutável: a não existência de fórmulas imutáveis. Para ele, cada criança tem que ser tratada levando em conta suas necessidades e personalidades. Ele preconiza que não há fórmulas mágicas. Mas apresenta seis aspectos importantes: terapêutica do amor; da compensação; ocupacional ou praxiterapia; aptidões e os interesses do aluno; recreação dirigida e grupo-terapia. A terapêutica do amor consiste em amar o aluno, pois o amor, segundo o autor, é um precioso remédio; a compensação objetivava conquistar o aluno e fornecer-lhe carinho e compreensão que por vezes pode estar em falta em seu lar; a ocupacional visa ocupar esse aluno a fim de canalizar suas energias para qualquer coisa que não o desajustamento. Caberia ainda ao professor, identificar as aptidões e os interesses do aluno, bem como organizar a recreação dirigida com fins a promover reeducação e por fim, introduzi-lo no grupo-terapia fazendo-o participar das atividades.

4. CONSIDERAÇÕES

A análise dos manuais de psicologia indica que os conceitos de criança anormal, criança problema e criança excepcional possuem estreita relação em si. Fontoura (1961), sustenta que o conceito de anormal e excepcional constituem-se como sinônimo e diferencia apenas as crianças-problema. Borges e Campos (2018, p.73) neste sentido, avaliam que “naquela época não havia um consenso sobre qual seria a clientela da Educação Especial”. Assim, todas as crianças que por quaisquer motivos sejam eles comprometimento da saúde física, mental ou que apresentasse dificuldade de aprendizagem, comportamentos indesejados pela escola e sociedade, falhas morais, dentre outros, eram classificadas como pertencentes ao grupo dos anormais. Havia inúmeros grupos de anormalidade com características diversas o que facilitava a classificação dos sujeitos, no entanto a finalidade das classificações era organizar classes especiais, no âmbito da escola pública, a fim de proporcionar um ensino individual e coerente com as necessidades dos alunos (Borges, 2015; Lima & Viviani, 2015).

Em relação à educação das crianças, apesar de ser um tanto conservador com o lugar que os anormais/excepcionais deveriam ocupar, Fontoura ao tratar da educação das

crianças-problema defende o que hoje conhecemos como equidade. Ele dialoga sobre a necessidade de que cada criança seja educada levando em conta não só seus desajustamentos, mas sua personalidade. Assis, Oliveira e Lourenço (2020, p.15) concluem que “a escola tinha uma responsabilidade social [...] e caberia a ela a tarefa de prover tais crianças da possibilidade de futuro e de autonomia”.

Um ponto notável sobre os manuais foi observado, também, por Gomes e Alencastro (2011): refere-se à clareza com que termos e temas complexos são tratados pelos autores dos manuais que introduzem a psicologia no Brasil. Em relação a categoria criança anormal, verificamos que apesar de Fontoura falar dessa transição das categorias, de anormal para problema, temporariamente, e posteriormente excepcional, notamos que em edições posteriores a versão analisada, o autor seguiu utilizado a expressão anormal para se referir as crianças. Ficam as seguintes questões: Será que a nova categoria – excepcional - não acolhia as crianças e suas anormalidades? Na atualidade surge uma outra questão: é necessário classificar para oferecer uma *educação sob medida*?

5. REFERÊNCIAS

- Assis, R. M. Oliveira, C.R. Lourenço, E. (2020). A criança anormal e as propostas de educação escolar na imprensa mineira (1930-1940). *Revista Brasileira de Educação*, 25, 1–23. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250011>
- Assunção, M. M. S. (2002). *A Psicologia da Educação e a construção da subjetividade feminina (Minas Gerais – 1920-1960)*. (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil.
- Böger, S. S. Carvalho. D. C. (2021). Os Estudos sobre a criança no início do século XX: Entrelaçamentos entre Psicologia e Educação no Brasil. *Teoria e Prática da Educação*, 24, 03–22. [https://doi.org/Doi: https://doi.org/10.4025/tpe.v24i1.57730](https://doi.org/Doi:https://doi.org/10.4025/tpe.v24i1.57730)
- Bomfim, J. M. (1917). *Noções de Psychologia*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Borges, A. A. P. (2015). As classes especiais e Helena Antipoff: uma contribuição à história da Educação Especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21, 345-362.
- Borges, A. A. P. & Campos, R. H. F. (2018). A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 69-84. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382418000400006>
- Fontoura, A. A. (1961). *Psicologia Educacional*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora.
- Gomes, W. B. e Alencastro, L. S. (2011). Anotações de história da psicologia em sumários e prefácios dos manuais introdutórios. *Memorandum*, 21, 105-135.

Lança, L.A.S. (2017) Livros de psicologia recomendados para a formação de professores na reforma educacional Francisco Campos-Mário Casassanta (1927). (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil.

Lima, A. L. G. Catani, D. B. (2015). “Que tipo de aluno é esse? ”: psicologia, pedagogia e formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, 20(62), 571–593. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206202>

Lima, A. L. G., & Viviani, L. M. (2015). Conhecimentos especializados sobre os problemas de rendimento escolar: Um estudo de manuais de psicologia e da Revista de Educação. *História da Educação*, 19(46), 93–112.

6. NOTAS:

¹ A leitura dos sumários foi realizada através do anexo de número 11 intitulado “quadros, por autor, dos conteúdos dos livros didáticos” presente na tese de doutorado “*A Psicologia da Educação e a construção da subjetividade feminina - Minas Gerais – 1920-1960*”. A pesquisa foi realizada por Maria Madalena Silva de Assunção, em 2002, no Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.